

POLÍTICAS PARA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL: EM DISCUSSÃO AS ORIENTAÇÕES DA OCDE

Carla Cerqueira Romano (PIC/FA/Uem),
Maria Eunice França Volsi (Orientadora), e-mail: mefvolsi@uem.br

Universidade Estadual de Maringá / Centro de Ciências Humanas, Letras e Arte
/Maringá, PR.

Área: 70800006 Educação

Subárea: 70803005 Planejamento e Avaliação Educacional

Palavras-chave: Política Educacional, Formação de Professores, OCDE.

Resumo:

A presente pesquisa teve por objetivo investigar a influência da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) nas políticas públicas nacionais para formação inicial e continuada de professores da educação básica, tendo como fonte o livro “Professores são importantes: atraindo, desenvolvendo e retendo professores eficazes”, caracterizando-se, portanto, como uma pesquisa bibliográfica e documental. A metodologia adotada consistiu no levantamento, leitura e fichamento de documentos que tratam do assunto em questão. O recorte temporal estudado leva em consideração, principalmente, as décadas de 1990 e 2000, momento em que houve um advento das políticas de formação e valorização docente, e, sendo também o contexto de elaboração e publicação do livro utilizado para a análise da pesquisa. Ao final do estudo, pode-se concluir que as orientações publicadas no livro elaborado pela OCDE foram de fato acatadas e utilizadas como fonte inspiradora para criação de programas de valorização e formação docente nacional.

Introdução

A OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), criada depois da segunda Guerra Mundial, é uma organização internacional e intergovernamental que reúne como países membros os mais industrializados da economia. Seu objetivo é reunir representantes para trocar informações, deliberar e construir recomendações políticas com o objetivo de elevar ao máximo o crescimento econômico e o desenvolvimento dos seus países membros.

No que se refere às políticas para formação e valorização de professores, selecionamos o documento “Professores são importantes: atraindo, desenvolvendo e retendo professores eficazes” (2006). Esse documento foi resultado de um amplo estudo realizado pela OCDE no qual apresentou o resultado das experiências de cerca de 25 países, especificamente, o estudo analisou o panorama da profissão e

do trabalho dos professores, a fim de desenvolver opções e orientações políticas deste setor aos países.

Dessa forma, O propósito deste projeto, foi investigar se as políticas para formação de professores adotadas no Brasil nas últimas décadas, estão em consonância com as recomendações e orientações propostas por OCDE (2006).

Materiais e métodos

A metodologia adotada consistiu no levantamento, leitura e fichamento de documentos os quais tratavam do assunto em questão, para tanto, foram realizadas leituras e análises de leis, planos e documentos de políticas educacionais brasileiras, a partir do ano de 2006. O recorte temporal estudado levou em consideração, principalmente, as décadas de 1990 e 2000.

Resultados e Discussão

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), foi fundada em 1961, em Paris na França, com o intuito de auxiliar os países europeus fragilizados pela Segunda Guerra Mundial, o organismo internacional intergovernamental reúne como países membros¹ os mais industrializados da economia, e seu objetivo é reunir representantes para trocar informações, deliberar e construir recomendações políticas com o objetivo de elevar ao máximo o crescimento econômico e o desenvolvimento destes países.

Tendo em vista esta perspectiva, a OCDE emite em 2005 o documento *Professores são importantes, atraindo, desenvolvendo e retendo professores eficazes*, com o propósito de resolver problemas como a falta de atratividade e baixo status na carreira docente, o livro funciona como uma espécie de guia (ou manual) dedicado a países que enfrentam dificuldades no recrutamento de professores.

Nesse contexto, o organismo internacional propõe que medidas como: Programas de formação continuada; modificação do currículo de cursos em nível superior; incentivo e valorização dos profissionais em grau especializado; criação de cursos de licenciatura rápidos para pessoas graduadas em outras áreas; valorização de estágios de atuação; introdução do *notório saber*; Programas de iniciação e de apoio para professores iniciantes e concurso e programas de premiação e valorização de professores e gestores. Medidas essas que correspondem com os programas instaurados pelo governo federal nas duas últimas décadas, como a Lei do Piso Salarial Nacional para os Profissionais do Magistério da Educação Básica (Lei n.11.738/2008); o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), datado em 2008; o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR), por meio do Decreto n. 6.755/2009 que instituiu a Política Nacional de Formação de Professores. Podemos elencar ainda:

¹ Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Chile, República Checa, Dinamarca, Estônia, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Hungria, Islândia, Irlanda, Israel, Itália, Japão, Coreia, Luxemburgo, México, Holanda, Nova Zelândia Noruega, Polônia, Portugal, República Eslovaca, Eslovênia, Espanha, Suécia, Suíça, Turquia, Reino Unido e Estados Unidos

[...] Programa Nacional de Informática na Educação (ProInfo), o Programa de Formação de Alfabetizadores (PROFA); TV Escola; Pro Letramento, Pro Licenciatura; Pro Infantil; Programa de apoio à formação superior de professores que atuam em escolas indígenas de educação básica (ProLind); Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (ProCampo); Formação de Professores para Comunidades Quilombolas; Programa Nacional de Capacitação de Conselheiros Municipais de Educação (Pró-Conselho); Programa de Apoio aos Dirigentes Municipais de Educação (PraDime) e Plano Nacional de Formação (PARFOR). (FERREIRA, 2012, p.12)

Baseado em argumentos econômicos, a instituição garante que “As profundas mudanças econômicas e sociais em curso tornaram a escolarização de alta qualidade mais importante do que em qualquer outro momento” (OCDE, 2006, p.18), e é pensando dessa forma que “[...] países procuram melhorar suas escolas e dar respostas mais satisfatórias às expectativas sociais e econômicas mais elevadas.” (OCDE, 2006, p.18).

O problema desse discurso, está justamente no fato da educação ser eleita como única e independentemente, responsável pela solução dos problemas sociais e da desigualdade, tirando do Estado qualquer responsabilidade a não ser investimento, ou por vezes, apenas manutenção do ensino público.

Percebe-se que a educação é vista como mercadoria de custo elevado. Busca-se então, diminuir gastos e, ao mesmo tempo, melhorar os resultados de forma imediata e utilitarista. É imposta à escola a lógica da empresa privada, e é dada ao professor a responsabilidade pelo sucesso e insucesso produzidos nela. (FERREIRA, 2011, p.168-169)

Além disso, toda a responsabilização do ensino fica a cargo dos professores, é dessa maneira que “[...] entendemos que esse Organismo quer fortalecer no imaginário da sociedade a ideia de que o professor é o maior responsável pela melhoria da educação, ficando o Estado com responsabilidades secundárias” (BASTOS, 2011, p.7). Tais profissionais são os únicos encarregados por garantir o progresso da educação, sem contar, por vezes, com nenhum recurso. No caso de escolas centrais, que contam com receitas mais expressivas tal modelo pode até ser eficiente, mas o mesmo pode não ocorrer em edifícios escolares periféricos, por exemplo.

Conclusões

Pode se observar no decorrer da pesquisa que as políticas desenvolvidas nas últimas décadas no Brasil, sofreram influências diretas de Organismos Internacionais, não apenas da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), mas também do Banco Mundial, da UNESCO entre outros.

Sem dúvidas, as medidas propostas pelo relatório *Professores são importantes: atraindo, desenvolvendo e retraindo professores eficazes* tiveram grande impacto na formulação de políticas públicas para valorização do magistério no país,

entretanto, consideramos importante refletir sobre as ponderações de Ferreira (2012, p.11):

Acredito que o Brasil não esteja desenvolvendo tais políticas só por causa de uma recomendação da OCDE, embora, isto o deixa confortável com a Diretoria de Educação da organização já que se propõe a ser um país observador da mesma. Para além do atendimento dessa recomendação, a própria conjuntura de escassez e falta de atração da carreira docente no Brasil, comum a vários países da OCDE, a realidade brasileira pede soluções a curto e em longo prazo.

Feito as ressalvas, é importante esclarecer que tanto as medidas expostas pelo relatório da OCDE, quanto as políticas para formação de professores adotadas pelo Brasil, são resultado da aplicação da lógica de mercado, tendo como base os princípios da meritocracia e desempenho individual.

Neste sentido, pode-se afirmar que o Brasil desenvolveu suas políticas a partir das exposições propostas pelo organismo orientador internacional, e que, apesar da adoção de implementações para valorização da docência, tal medida acaba por ocasionar o efeito contrário, visto que, ao adotar a lógica da economia no setor educacional, opta-se por transferir a responsabilização da educação na figura central do professor, o que por vezes o torna o único responsável pelos níveis insatisfatórios da Educação Nacional.

Agradecimentos

A Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação pela possibilidade de realização da pesquisa e à orientadora Profa. Dra. Maria Eunice França Volsi, pela disponibilidade, apoio e incentivo durante a pesquisa.

Referências

BASTOS, R. dos S. **As Recomendações da OCDE para a Formação de Professores no Brasil**. Espírito Santo: XIX CONBRACE, VI CONICE, set, 2015.

FERREIRA, D. L. **A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a política de formação docente no Brasil**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação e Educação, Belém: 2011.

FERREIRA, D. L. **A Relação entre a OCDE e a Política de Formação Docente Brasileira**. 2012. Disponível em: < www.anped.org.br/sites/default/files/gt08-2190_int.pdf >. Acesso em: 20 de março de 2019.

OCDE. Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico. **Professores são importantes**: atraindo, desenvolvendo e retendo professores eficazes; relatório de pesquisa. São Paulo: Moderna, 2006.